

ACERVO, HISTÓRIA E MEMÓRIAS: O PRIMEIRO LIVRO COPIADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO NO ACERVO DO IHPF

Alex Antônio Vanin

Djiovan Vinícius Carvalho

Fernando Severo de Miranda

Fundado em 15 de abril de 1954, o Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) é a instituição de guarda e preservação histórica mais antiga do município de Passo Fundo, além de ser o Instituto com maior idade ainda em funcionamento no interior do estado. Como destaca Welci Nascimento, após a fundação e a consolidação do IHPF, a população, especialmente as pessoas que procuravam cultivar a história da cidade e do Município, vendo que o Instituto, realmente, procurava desempenhar o seu papel, conforme seus propósitos, começa a transferir [...] obras literárias e históricas, objetos relacionados com a vida do povo de Passo Fundo (2014, p. 18).

Com o intuito claro de pensar a história de Passo Fundo, o IHPF tornou-se um polo atrativo de acervos que lhes foram (e continuam sendo) confiados.

Ao longo de sua trajetória, o IHPF reuniu mais de 15 mil páginas de documentação¹. São documentos, livros, objetos, etc., com as mais diversas proveniências. A tipologia de materiais que forma o acervo do IHPF é diversa, o que o acaba tornando um verdadeiro centro de preservação de bens culturais².

Dentre os itens preservados pelo Instituto encontra-se o primeiro livro do *Copiador de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo (1857 – 1867)*. Composto por 205 páginas rubricadas pelo vereador presidente, o primeiro livro copiadador de cartas do município de Passo Fundo foi produzido como instrumento da burocracia administrativa do Brasil Imperial, sendo utilizado para manter organizados ordens e as correspondências oficiais da Câmara Municipal.

1 Dados anteriores à inauguração da Sede Dr. Carlos e Celina Madalosso, ocorrida em 15 de abril de 2017.

2 Sobre essa questão ver: CAMPOS, Vanessa Gomes de. *Inventário dos Institutos Históricos e Geográficos no Rio Grande do Sul*: de guardiões da memória à custódia do patrimônio. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, 2018.

De acordo com Faria e Pericão (1988), o copiador de cartas, por definição, é um livro em que se copiam cartas ou outros documentos, sendo a guarda da correspondência expedida uma prática recorrente na esfera pública. De acordo com o *Programa Nacional de Arquivos Escolares da Biblioteca Nacional de Maestro*, na Argentina, os livros copiadores são herdeiros de uma tradição escrita que remonta à Antiguidade, com o trabalho exercido por escribas e, posteriormente, por copistas na Idade Média. Nas palavras de Cristiéle Santos de Souza, os livros copiadores são “um espaço para o registro de documentos provenientes do exercício de determinada função e de acordo como um sistema de cópia, o qual pode ser cópia manuscrita, cópia com tinta copiadora, papel químico ou cópia direta” (2014, p. 26).

Em Passo Fundo, assim como em diferentes pontos do Brasil, o livro do Copiador de Ofícios e Ordens foi o responsável por salvaguardar um número expressivo de correspondências expedidas pela Câmara Municipal. Assim, o livro hoje assume “um lugar fundamental na preservação de fragmentos do cotidiano [em nosso caso, no de Passo Fundo] expressos com tinta e papel nas idas e vindas do pacto epistolar” (SOUZA, 2014, p. 26). Isto porque, “embora tenha sido pensado como um instrumento administrativo”, os copiadores eram parte do cotidiano dos profissionais que o utilizavam, inevitavelmente, portanto, o livro copiador serviu como um repositório de informações, as quais estão além das correspondências expedidas, podendo hoje ser considerado como um *suporte de memória*.

De acordo com Fernanda Pereira, “a construção da memória está estreitamente vinculada ao acesso à informação, que por sua vez está vinculada à organização dos seus suportes materiais.” (PEREIRA, 2011, p. 20).

Deste modo, cabe refletir sobre a trajetória do primeiro livro do Copiador de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal do Passo Fundo. Produzido entre 1857 e 1867, o livro foi aberto pelo Capitão Manoel José d’Araujo, então vereador presidente da Câmara Municipal, no dia 8 de agosto de 1857, após a instalação do município. Durante dez anos ele serviu como espaço para o registro e controle das correspondências expedidas pela Câmara Municipal, sendo manuseado por pelo menos três secretários do órgão.

Após o seu preenchimento, acredita-se, o livro passou a compor o arquivo da Câmara Municipal, resistindo, pelo menos, duas mudanças de endereço e ao fechamento das Câmaras de Vereadores por dois períodos³.

A Câmara Municipal de Passo Fundo entre 1857 e 1889 funcionou

3 Em 1889, após a Proclamação da República, a Câmara foi dissolvida pelo Governo Provisório de Estado, Visconde de Pelotas que, ao mesmo tempo nomeou uma Junta Governativa para o Município. Em 1937, com a instituição do Estado Novo, a Câmara Municipal de Passo Fundo foi dissolvida.

em casas alugadas na *Rua do Commercio*. E depois, até 1976 no prédio construído para ser a sede do Clube Amor à Instrução, hoje Teatro Municipal Múcio de Castro. Ao longo do século XX, o Paço Municipal, formado pela Biblioteca Pública Municipal, antigo Clube Pinheiro Machado, pela Câmara de Vereadores, antigo Clube Amor à Instrução, e pela Prefeitura Municipal, antiga Intendência, ficava localizado na Avenida Brasil, defronte a Faculdade de Direito de Passo Fundo. É nesse espaço que o Instituto Histórico de Passo Fundo é criado, em 1954.



Vista da Avenida Brasil. Ao fundo as instalações da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal de Vereadores e do Grêmio Passo-Fundense de Letras, em 1957. Foto Tupi. Acervo Igor Schneider Calza.

Desde sua criação, em 1940, a Biblioteca Pública Municipal funcionava sob os auspícios do Grêmio Passo-Fundense de Letras⁴, que ocupava o mesmo edifício. O Instituto Histórico de Passo Fundo que realizava suas sessões na sede do Grêmio de Letras, em 1971, solicitou, ao prefeito Guaracy Barroso Marinho, a utilização dos porões do prédio para ali manter um acervo.⁵ Entretanto, durante a década de 1960, na gestão do prefeito Mário Menegaz (1964-1969), seu chefe de gabinete e presidente do IHPF, Jorge Cafruni, realizou um trabalho de levantamento e transcrições de manuscritos existentes no acervo municipal, alocados em diferentes espaços dos três

4 A partir de 1961, com novos estatutos, a entidade passou a ser chamada de Academia Passo-Fundense de Letras.

5 Ofício de Antonio Carlos Machado ao prefeito Guaracy Barroso Marinho. Acervo IHPF.

edifícios: Câmara, Prefeitura e Biblioteca, que dividiam um pátio comum⁶.

Na gestão do prefeito Tenente-Coronel Edú Villa de Azambuja (1973-1976), foi iniciada a desativação desse espaço, com a construção de um novo Centro Municipal. Os modernos blocos de edifícios foram construídos no antigo parque de exposições municipal e inaugurados, em maio de 1976, ao lado do Passo do rio Passo Fundo, espaço ocupado até os dias de hoje. Em 1977, na gestão do prefeito Wolmar Salton foram inauguradas as novas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, dentro do novo Centro Municipal.

No mesmo ano da inauguração do novo Centro Municipal, 1976, a Biblioteca Pública Municipal “foi obrigada a interromper, temporariamente, o atendimento ao público, tendo em vista a interdição do prédio”. Seu retorno ao espaço se deu após a construção de um novo edifício, localizado no mesmo pátio, mas agora com acesso pela rua Moron.

Com a desativação do prédio da Academia de Letras e a transferência da Câmara de Vereadores e da Prefeitura, muitos objetos, livros e informações foram perdidos. O IHPF encontrava-se em uma fase de “dormência”, com o recente falecimento de seu idealizador – Jorge Cafruni e a ausência de um espaço para suas reuniões. Com a transferência da Prefeitura para as novas instalações, o prédio passou a sediar o Museu Histórico-Cultural de Passo Fundo, vinculado à secretaria Municipal de Educação e Cultura, além de outras secretarias municipais e órgãos públicos.

Em meio a tantas mudanças, os documentos custodiados pelo Instituto passaram a ser guardados nas residências de seus associados. Em 1982, o membro Antônio Donin, por ocasião da reestruturação do IHPF, “fez entrega da documentação do Instituto que ficou sob a guarda de Arlindo Postal, que a depositou em sua residência” (2014, p. 43). Após a reestruturação do Instituto, em 2007, o presidente Pedro Ari Veríssimo da Fonseca entregou o acervo do qual era custodiador em sua residência para a Fundação Universidade de Passo Fundo, que organizou a documentação e a disponibilizou para pesquisas junto ao Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF), pertencente àquela Fundação.

Existem duas possibilidades para a presença do *Livro Copiador* no acervo do Instituto. A primeira delas é a de que o livro tenha passado para a custódia do Instituto durante a gestão do prefeito Mário Menegaz (1964-1968), momento em que Jorge Cafruni era, ao mesmo tempo, presidente

6 Atualmente, o conjunto dessas edificações forma o Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto. Inaugurado em 2003, o Espaço Cultural compreende o Teatro Municipal Múcio de Castro, a Academia Passo-Fundense de Letras, a Biblioteca Municipal Arno Viuniski, o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, o Museu Histórico Regional e o Instituto Histórico de Passo Fundo.

do sodalício e chefe do gabinete do prefeito. A segunda possibilidade é a de que no período da desativação dos prédios, os acervos tenham sido misturados e preservados pelos membros do IHPF em suas residências, até o ponto de ser reunido pelo presidente da entidade, já no século XXI.

Passando da historicidade que envolve a trajetória do documento, atenhamo-nos à historicidade presente no *Livro do Copiador* enquanto fonte para a pesquisa histórica. Como supracitado, a referida documentação possui um amplo escopo de possibilidades de abordagens, justamente por ter registrado, ao longo da primeira década da administração municipal, os mais diversos assuntos que perpassaram à ordem do dia da Câmara de Vereadores.

Nesse sentido, pensando em uma abordagem acerca da constituição do território passo-fundense em meados do século XIX, a abertura, a conservação e o estado das estradas e vias de comunicação em diversos pontos do recém-criado município, compõem uma constante nas correspondências trocadas entre a Câmara, os presidentes de província e moradores dos diversos distritos. Isso pode ser visto no ofício nº18, encaminhado, em 6 de outubro de 1864, ao Presidente da Província João Marcellino de Souza Gonzaga.

Nº 18 [Consta na margem] *Pede autorização para compor a Estrada do Mato Castelhana Ilmo. e Exmo. Sr. = Se em todos os países o melhoramento das vias de comunicação é um estímulo do progresso, no nosso principalmente é não só um estímulo mas também uma necessidade, que deve ser satisfeita com presteza e diligência, sob pena de vermos nossa riqueza natural, o produto do nosso trabalho, o comércio enfim condenados a normalidade por falta de meios de transporte, a inércia pela ausência ou quase invencível dificuldade de locomoção. Este município, como todos os que estejam em estado análogo ao seu, jamais poderá prosperar enquanto boas estradas não deem fácil saída aos produtos que constituem sua exportação; em péssimo estado essas estradas já existem, são elas da do mato Castelhana e a da serra do Rio Pardo.*

[...]

Concerto de Estradas:

A estrada geral que desta Vila conduz a cidade do Rio Pardo tem suma precisão de urgente concerto na calçada de aquém do Passa-sete, junto ao Rio Pardo, pois consta ter desabado em parte a mesma calçada, expondo os tropeiros que por ali passam em número considerável a perigo eminente. Este mal não se remediando quanto antes há de trazer graves males ao comércio. [...] Também a estrada que atravessa o mato Castelhana necessita além de nova roçada para desbasta o mato que vegetou depois da última abertura dos

seguintes concertos: ser aplanada a estrada logo abaixo na serra d'aquém e d'além da Estiva; fazer-se uma estiva de madeira de lei no dito lugar, para substituir a atual que se acha em deterioração; fazer-se um sangradouro no lagoão do tijuco; um outro no lagoão denominado = Lagoa Vermelha; desviar a estrada ao Ocidente ao do Passo de Pedra, arredando do trilho no cavar uma pedra que ali existe servindo de obstáculo ao livre trânsito; [...] Estes concertos ainda não foram feitos nem mesmo autorizados, é por isso que a câmara vem pedir a V. Ex.^a faculdade para fazer os reparos e concertos, que necessitar a estrada do mato Castellhano, única situada em seu município, pois por lei moderníssima a estrada da serra do Rio Pardo ficou situada e pertencendo ao município da Cidade do mesmo nome, devendo portanto as despesas com o melhoramento dela serem por conta do respectivo Cofre, ou do Cofre Provincial, em vista da natureza da estrada. É certo, porém, que em todo o caso o melhoramento deve ser efetuado, e efetuado com urgência, para cessar as repetidas queixas que se levantam. Deus Guarde a V. Ex.^a. Paço da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo em 6 de outubro de 1864 = Ilmo. Exmo. Sr. Dr. João Marcellino de Souza Gonzaga Digníssimo Presidente desta Província = José Joaquim Marques e Souza Junior, José P. Guimarães, Cesario Antonio Lopes, Francisco Antonio Baptista Rozas, Benedito Pinto de Moraes.

Esse extrato do *Livro Copiador* registra as preocupações econômicas e cotidianas do novo município. Passo Fundo era rota de passagem, inserido diretamente no comércio de muares, ligando diversos pontos da Província, estando sua formação intimamente ligada a esse comércio. O caminho utilizado oficialmente para a entrada e saída da Província de São Pedro até então era o que ligava o território à Província de Santa Catarina, através do Passo de Santa Vitória, às margens do rio Uruguai. De lá seguindo para Lages, na Província de Santa Catarina, e depois para Sorocaba, Província de São Paulo, onde ocorria a feira de negociações e comercialização do gado (RODERJAN, 1991).

O pesquisador Wachowicz relata algumas atividades que foram sendo desenvolvidas justamente para atender as necessidades que foram surgindo, a partir do trânsito das tropas. Segundo ele:

Nos locais destinados ao pernoite, estabeleciam-se negociantes, que construía algum cercado, para alugá-lo ao tropeiro, para que os animais pudessem passar a noite sem perigo de se extraviarem. Com o decorrer do tempo, estes pousos vão aumentando e recebendo sempre novos moradores, como ferreiros, arreadores, simples empregados, etc. (1988, p. 102).

Segundo Borges (2016), as mulas eram a força motriz do sistema de transporte de várias regiões do Brasil, sobretudo para o escoamento da produção interna. Para Luís Augusto Farinatti, em meados

do século XIX, o principal destino dos muares produzidos no Rio Grande do Sul seguia sendo a Feira de Sorocaba, de onde eram encaminhados, principalmente, para as regiões cafeeicultoras do Rio de Janeiro e, depois, de São Paulo. [...]. [...] ainda que a principal produção de muares se fizesse no norte da província, nos municípios de Cruz Alta e Passo Fundo, a Campanha não estava fora desse circuito (2007, p. 142).

Junto a isso, a necessidade da abertura e conservação de estradas fazia parte do conjunto de fatores ligados à ocupação do Brasil Meridional a partir da metade do século XVIII. As crescentes ondas de circulação e ocupação populacional passaram a exigir o empenho do governo imperial na defesa e integração do território em decorrência de múltiplas disputas, sobretudo na Província de São Pedro. Conforme Tedesco e Vanin “na manutenção dos domínios e da integridade, tornou-se necessário traçar novas rotas de ligação entre as províncias, garantindo a passagem, o deslocamento, a comunicação, o comércio e o escoamento da produção” (2018, p. 51).

No território sul-rio-grandense na primeira metade do século XIX, esteve em consonância com a necessidade de ocupação do território, a instalação das frentes de expansão⁷, aqui entendidas como as populações que se instalam por posse, por ocupação, nas “terras devolutas” do Império, na figura do ocupante ou posseiro (MARTINS, 1975, p. 46). Na concepção do governo, promover o povoamento nas regiões consideradas inabitadas, em especial a região Norte, era de fundamental importância, pois realizava a ligação com o oeste missioneiro, protagonista do comércio de muares, de onde as tropas seguiam em direção à Província de São Paulo, (RODERJAN, 1991). Por serem áreas consideradas inabitadas, as grandes extensões de mata e campos detinham vasta população de indígenas, a maioria de etnia *Kaingang*, que acirravam e tornavam frequentes conflitos com as frentes de expansão (TEDESCO; VANIN, 2018).

Posteriormente, novas rotas foram abertas em razão da centralidade do comércio de muares, o encurtamento das distâncias, melhores con-

7 Não se instaura ali a propriedade privada da terra, mas tão somente “o uso privado das terras comuns” ou a “posse, por ocupação, das terras devolutas”; em outras palavras, as terras não assumem a condição de mercadoria – de modo que, na frente de expansão, a “figura central” é o “ocupante ou posseiro” (MARTINS, 1975, p. 46).

dições de travessia e possibilidade de burlar o fisco das coletorias de impostos. Diversas expedições de exploração foram organizadas a fim de abrir, reabrir e legitimar esses caminhos. Ao longo ou por causa desses caminhos, foram criadas novas estruturas de ocupação, tendo em vista o oferecimento de condições para o assentamento de luso-brasileiros envolvidos na prática do tropeirismo e desenvolver uma dinâmica de relações econômicas, e ao mesmo tempo permitir a instalação de estancieiros.

Portando, o ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Passo Fundo, acerca das condições das estradas municipais, é uma das tantas correspondências registradas pelo Livro do Copiador, que revelam as preocupações dos administradores municipais em torno das questões relacionadas à ocupação, mobilidade e comércio intermunicipal e interprovincial. Deste modo, a leitura e análise dos registros contidos no Livro Copiador mostram-se essenciais para a compreensão da história da região norte da Província de São Pedro e do próprio desenvolvimento socioeconômico daquela, para além da conformação territorial ou cotidiana de Passo Fundo.

117
Araújo

presentou a Assembleia Legislativa Provin-
 cial, em 13 de Janeiro do corrente anno,
 p.º 7.º do Livro de providencias memoriaes
 q.º metter j.ºz.ºr sobre dos j.ºs.ºs.
 a concessão de Estrada de Estradas:
 a estrada j.ºz.ºr que desta Villa cam de
 a cidade do Rio Grande tem somma
 precisão de urgente concessão na calce-
 da d'aguento do Passa-sette j.ºz.ºr ao
 Rio Grande, pois camsta ter de abria de
 em parte a mesma calçada, expando
 os Reguicos e por alli passão os q.ºs.ºs.ºs.
 camst a p.ºz.ºr e camst. Este mal não
 se remediando q.ºs.ºr antes ha de trazer j.ºz.ºr
 ves males ao Commercio. (Hoje já
 não se vê este concessão indispensavel,
 a estrada de Traversa e o m.ºz.ºr
 a m.ºz.ºr q.º se acha es.ºz.ºr, a qual abria
 de estrutar em demasia a estrada,
 impede cam a d.ºz.ºr e os seus de-
 stros em an.ºz.ºr e salo). Tambem
 a estrada q.º Traversa e o m.ºz.ºr
 no m.ºz.ºr abria de nova roçada q.ºz.ºr
 de bastar o m.ºz.ºr que se j.ºz.ºr de j.ºz.ºr
 da ultima abertura das Reguicos cam-
 tas: Se abria de a Estrada de alguma
 ha hora de q.ºz.ºr e de abria da Estrada;
 fazer se cam a estrada de m.ºz.ºr a li-
 no dito lugar, q.º substituir a actual que se
 acha em deterioração, fazer se cam sempre
 deves no lugar de tempo, com antes no
 lugar de m.ºz.ºr e de m.ºz.ºr de
 bria a estrada no O.ºz.ºr de Cam
 de abria, se abria de de m.ºz.ºr no cam
 uma j.ºz.ºr que alli camst se abria

Hatten

De esta sorte se houve transito, fazer um novo
quadro na fachada do mesmo, destinado de
facto para a entrada, e a abertura
de numero passe os carros, e os outros
Commodos, e a fazer se por ultimo um
alvará de mandados de lei no 2.º passo para os
carros: a Camara cobra em 500\$ por ano
depois com os carretos desta ultima obra
de, e a nova abertura, se recada
que, como em, e a sua effectiva.
De. me. l. m. "esta abertura e a sua
fita, nem mesmo a abertura, e a sua
a Camara um fecho a V. Ex.ª facultada
q.º fazer os reparos e carretos, em me
l. m. a abertura do mesmo, e a sua
situada em do municipio, que q.º l. m. de
mismo a entrada da Serra do Rio Branco
faca situada e pertencendo ao municipio
da cidade de m. nome, e a sua
as despesas com o melhoramento d'ella ser
p.º conta do respectivo cafe, ou do Cafe
Provincial, em vista da natureza da
obra. E' certo, porém, que em todo o caso
o melhoramento dum ser effectuado e
effectuado com urgencia, e a sua
respectiva. E a sua. E a sua.
De. E. da l. m. da V. Ex.ª da P. Ex.ª
de l. m. de 1864 - l. m. de l. m. de
João Theodoro de l. m. de l. m. de
Presidente d'esta P. Ex.ª - l. m. de l. m. de
l. m. de l. m. de l. m. de l. m. de
l. m. de l. m. de l. m. de l. m. de
l. m. de l. m. de l. m. de l. m. de

REFERÊNCIAS

- BORGES, Luiz A. Mulas em movimento: o mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 207-230, dez. 2016.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.
- FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: Famílias de Elite e Sociedade Agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo no Brasil: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Pioneira, p. 43-50, 1975.
- NASCIMENTO, Welci. *Um sonho (1954-2014)*. Passo Fundo: Projeto Pso Fundo, 2014.
- PEREIRA, Fernanda Cheiran. Arquivos, memória e justiça: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- RODERJAN, R. *Raízes e pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: UPF Editora, 1991.
- SOUZA, Cristiéle Santos de. *Escrever, guardar, lembrar: os copiadore de cartas de Dom Joaquim Ferreira de Mello*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social e Patrimônio Cultural). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2014.
- SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Tropas em marcha: O mercado de Animais de carga no Centro-Sul do Brasil Imperial*. São Paulo: Annablume, 2008.
- TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. *Entre a espada, a cruz e a enxada: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)*. Erechim: Allprint Varella, 2018.
- WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 6. ed., 1988.